

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.905 - CE (2019/0170530-1)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ  
**ADVOGADO** : ANTÔNIO CLETO GOMES E OUTRO(S) - CE005864  
**AGRAVADO** : MUNICIPIO DE FORTALEZA  
**PROCURADOR** : JOAO PAULO DE SOUZA BARBOSA NOGUEIRA E OUTRO(S) - CE016970  
**AGRAVADO** : BETOVEN RODRIGUES DE OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ LINCOLN AZEVEDO LIMA E OUTRO(S) - CE004132  
BETOVEN RODRIGUES DE OLIVEIRA - CE005415  
BRENDA CAROLINE GARRETO RODRIGUES DE OLIVEIRA - CE039719

## **EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PRETENDIDA MINORAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE, EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. No acórdão objeto do Recurso Especial, o Tribunal de origem, em liquidação de sentença, em Ação de Indenização por acidente automobilístico, arbitrou o valor a título de indenização por danos morais.

III. Quanto à pretendida minoração do valor fixado a título de indenização por danos morais, nos termos em que a causa fora decidida, infirmar os fundamentos do acórdão recorrido demandaria o reexame de matéria fática, o que é vedado em Recurso Especial, em face da Súmula 7/STJ.

IV. Agravo interno improvido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell

# *Superior Tribunal de Justiça*

Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora

